



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

TIPO: Menor valor global.

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica usada. Detalhes constantes do ANEXO I.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais: nº. 8.666/1993 e alterações posteriores e 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e 147/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Paço Municipal, Sala do Setor de Licitações, situada à Rua Prof. Antônio Freire de Souza, 100, centro, na cidade de Porangaba-SP. Entrega dos Documentos para Credenciamento, da Declaração Completa e dos Envelopes Proposta e Documentos de Habilitação: DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2020, 13h00 ÀS 13h30 – CREDENCIAMENTO; 13h30 – ABERTURA.

EDITAL NA INTEGRA: à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situada no endereço supracitado e no site www.porangaba.sp.gov.br, que poderão retirar o Edital, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail, CNPJ ou CPF.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
- b) Anexo II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO
- c) Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
- d) Anexo IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME OU EPP
- e) Anexo V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
- f) Anexo VI – COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL
- g) Anexo VII – MINUTA DE CONTRATO
- h) Anexo VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- i) Anexo IX – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDOR
- j) Anexo X – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Luiz Carlos Vieira Sobrinho
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA

Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100

CEP 18.260-000 – Porangaba/SP

Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EDITAL DE LICITAÇÃO

- **PROCESSO Nº. 12/2020**
- **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020**
- **OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA**
- **LOCAL: PAÇO MUNICIPAL (RUA PROF. ANTÔNIO FREIRE DE SOUZA, 100 - CENTRO).**
- **DATA: 21 DE FEVEREIRO DE 2020 ÀS 13h00 (INÍCIO DOS TRABALHOS)**

1 – PREÂMBULO

Em conformidade com os dispositivos legais e de ordem do Senhor Prefeito Municipal, torno público para conhecimento de interessados, que se acha aberto na Prefeitura Municipal de Porangaba, localizada na Rua Prof. Antônio Freire de Souza, 100, Pregão Presencial de aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica usada, com detalhes constantes no Anexo I.

O pregão será conduzido pela pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, conforme designação contida nos autos do processo. O pregão será realizado no dia 21 de fevereiro de 2020, com início às 13h00, no Paço Municipal, situado à Rua Prof. Antônio Freire de Souza, 100, Centro, na Sala de Reuniões, na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo, quando deverão ser apresentados, no início, OS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO COMPLETA E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

2 – DO OBJETO DO PREGÃO

2.1 - Este pregão visa a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica usada, com detalhes constantes no ANEXO I.

3 – DO TIPO DO PREGÃO

3.1 - Este pregão é do tipo menor valor global.

4 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerará o recurso orçamentário abaixo citado:

02.00.00 - Poder Executivo

02.11.00.00 – Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Serviços Gerais

02.11.01.00 – Departamento de Serviços Gerais

4.0.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente

4.4.90.52.48 – Veículos diversos

15.4510112.1040 – Aquisição de máquina escavadeira hidráulica sobre esteira usada (ficha 318)

5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar deste Pregão empresas cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da aquisição que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA

Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100

CEP 18.260-000 – Porangaba/SP

Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5.2 – Poderão participar também pessoas físicas que sejam proprietários do bem ora licitado e que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

5.3 – Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante, bem como membro efetivo ou substituto, aqueles que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Porangaba, estando também abrangidos pela proibição àqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer nível, sem contar ainda com as demais proibições elencadas no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

5.4 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidade administrativa e penas cabíveis, conforme legislação vigente.

6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (1) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2)

6.1 – Os envelopes, respectivamente PROPOSTA (envelope nº. 1) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope nº. 2) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020
ENVELOPE PROPOSTA – 1
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/NOME DO
PROPRIETÁRIO
CNPJ/CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020
ENVELOPE HABILITAÇÃO – 2
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/NOME DO
PROPRIETÁRIO
CNPJ/CPF

6.2 – Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em uma via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se a Procuração.

6.2.1 – A proponente somente poderá apresentar uma única proposta.

6.3 – Os documentos de habilitação (envelope nº. 2) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor na Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedido via internet.

6.3.1 – A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à pregoeira, por ocasião da abertura do envelope nº. 2, para a devida autenticação.

6.3.1.1 – Para fim da previsão contida no subitem 6.3.1, o documento original a ser apresentado poderá não integrar o envelope.

6.3.1.2 – Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da pregoeira.

6.3.1.3 – A pregoeira não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.



6.3.2 – Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

6.3.3 – Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

7 – CONTEUDO DA PROPOSTA

7.1 – A PROPOSTA deverá conter:

7.1.1 – Para interessados de personalidade jurídica:

- a) O número deste Pregão.
- b) A razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail).
- c) Apresentar a descrição do item do pregão, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado no item.
- d) Marca, modelo e ano de fabricação.
- e) Prazo de entrega (impreterivelmente até o dia 13/03/2020).
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- g) Apresentar valor unitário do item e valor global da proposta (com até duas casas depois da vírgula), expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, havendo divergência entre os valores expressos numericamente e os expressos por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso, em caso de divergência entre os valores unitário dos itens e totais, será considerado o valor unitário do item.
- h) No preço proposto deverá contemplar apenas o valor do bem que deve estar livre de quaisquer ônus ou obrigações assumidas perante terceiros, como por exemplo: seguros, impostos, taxas, multas de trânsito, financiamento ou quaisquer outras obrigações financeiras, administrativas e/ou judiciais.
- i) Deverá fazer parte do envelope proposta fotos externas da máquina, no tamanho mínimo de 10x15, sendo: 02 fotos laterais, 01 frontal, 01 traseira e 01 do interior da cabine.

7.1.2 – Para interessados de personalidade física:

- a) O número deste Pregão.
- b) Nome completo, CPF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- c) Apresentar a marca e modelo da máquina em sua propriedade que esteja em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- d) Marca e modelo.
- e) Prazo de entrega (impreterivelmente até o dia 13/03/2020).
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- g) Apresentar valor global da proposta (com até duas casas depois da vírgula), expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, havendo divergência entre os valores expressos numericamente e os expressos por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.



- h) No preço proposto deverá contemplar apenas o valor do bem que deve estar livre de quaisquer ônus ou obrigações assumidas perante terceiros, como por exemplo: seguros, impostos, taxas, multas de trânsito, financiamento ou quaisquer outras obrigações financeiras, administrativas e/ou judiciais.
- i) Deverá fazer parte do envelope proposta, fotos externas da máquina, no tamanho mínimo de 10x15, sendo: 02 fotos laterais, 01 frontal, 01 traseira e 01 do interior da cabine.

7.2 – O fornecedor deverá constar em sua proposta, a conta corrente, em nome do proprietário em caso de pessoa física e em nome da empresa em caso de pessoa jurídica, para a efetivação da transferência bancária.

8 – DO CONTEUDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 – Os documentos de habilitação pertinentes ao objeto deste pregão presencial configuram no Anexo II.

9 – DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

9.1 – O edital poderá ser consultado por qualquer interessado no Paço Municipal, situado à Rua Prof. Antônio Freire de Souza, 100, Centro, no Setor de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 09:00 as 11:30 horas e das 13:00 às 15:30 horas, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”.

9.2 – O aviso do edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Porangaba-SP, bem como divulgado no site oficial do município, podendo ser consultado e extraído por meio do endereço www.porangaba.sp.gov.br.

9.3 – O edital será entregue qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no item 9.1.

9.3.1 – A providência a que se refere o subitem 9.3 pode ser levada a efeito também por meio de e-mail.

10 – DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

10.1 – É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimento sobre o ato convocatório do Pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado de acordo com o Código Tributário Municipal.

10.1.1 – A pretensão referida no subitem 10.1 poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do edital, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhados por meio do e-mail licitacao2@porangaba.sp.gov.br ou fac-símile, através do telefone (15) 3257-5620, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 9.1.

10.1.2 – As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.



10.1.3 – Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do pregão, dando-se ciência às demais licitantes, através do site oficial.

11 – DAS PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1 – As medidas referidas no subitem 11.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do edital, devidamente protocolado no endereço e horário constantes no subitem 9.1.

11.1.2 – A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do Pregão e divulgado no site oficial.

12 – DO CREDENCIAMENTO

12.1 – Aberta a fase para credenciamento dos eventuais participantes do pregão, consoante previsão estabelecida no subitem 12.2 deste edital, o representante da proponente entregará à pregoeira documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir um Documento de Identidade com foto.

12.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

12.2.1 – Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

12.2.2 – O não credenciamento ou sua não aceitação implica em desistência da formulação de lances e de recursos.

12.3 – Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.3.1 – É admitido somente um representante por proponente.



12.3.2 – A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste pregão, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

12.3.3 – Desenvolvido o credenciamento das proponentes que comparecerem, a pregoeira declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte, que consiste no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital.

12.4 – No caso de pessoa física, este deverá apresentar somente uma cópia simples do RG e do CPF ou da CNH.

13 – DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 – A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação será levada a efeito tão logo se encerre da fase de credenciamento.

13.1.1 – A declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação não deve integrar os envelopes proposta de preços e documentos de habilitação, constituindo-se em documento a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO VIII.

13.2 – Iniciada esta etapa / fase, a pregoeira receberá e examinará a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação.

13.2.1 – A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação. No entanto, é permitido o preenchimento na própria sessão, à próprio punho, desde que não ultrapasse o horário específico para credenciamento.

13.2.2 – O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação.

14 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

14.1 – Compete à pregoeira proceder à abertura dos envelopes de Proposta de Preços, conservando intactos os envelopes de documentos de habilitação e sob a guarda da pregoeira.

15 – DO EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

15.1 – A pregoeira examinará as propostas sempre levando em conta as exigências fixadas no item 7.

15.1.1 – O exame envolvendo o objeto ofertado implicará na constatação da conformidade do mesmo com as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante. A pregoeira sempre decidirá em favor da disputa.

15.2 – Definidas as propostas que atendem às exigências retro, envolvendo o objeto, a pregoeira elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço por item, constando em Ata o motivo das que, eventualmente, neste momento, forem preliminarmente desclassificadas.



16 – DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 – Será desclassificada a proposta que:

- a) Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação da proposta;
- b) Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) Oferecer vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos, subsídios ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) Apresentar proposta com preço simbólico, valor zero ou superior à estimativa de custo levantada.

17 – DA DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS

17.1 – Para efeito de oferecimento de lances verbais, a pregoeira selecionará, sempre com base na classificação preliminar, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas àquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) dessa.

17.1.1 – Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 17.1, a pregoeira selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e das duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.1.2.

17.1.2 – Em caso de empate entre as duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

- a) Proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.1; ou
- b) Todas as propostas coincidentes com um dos três menores valores ofertados, se houver.

17.1.3 – Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 17.1.2, letras “a” e “b”, para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio.

17.1.4 – Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, a pregoeira poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do pregão ou, ainda, dar prosseguimento ao pregão, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

17.2 - Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos: (LC n° 123, art. 44, caput).

17.2.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço apresentado; (LC n° 123, art. 44, § 2°).



17.2.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta; (LC n° 123, art. 45, inc. I).

17.2.2.1 - Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação da pregoeira, sob pena de preclusão; (LC n° 123, art. 45, § 3°).

17.2.2.2 - Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 17.2.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta; (LC n° 123, art. 45, inc. III).

17.2.2.3 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no subitem 17.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC n° 123, art. 45, inc II).

17.2.2.4 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

17.2.3 - Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, será declarada a melhor proposta de preço aquela originalmente vencedora da fase de lances. (LC n°123, art. 45, § 1°).

18 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

18.1 - Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, além das especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

18.2 - A pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

18.3 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, a pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

18.4 - A COPEL fará consulta nos endereços eletrônicos <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> do Portal da Transparência do Governo Federal e (<http://www4.tce.sp.gov.br/consulta-apedados>) do TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) para averiguar se a há algum impedimento dos licitantes. Caso haja alguma restrição, a empresa será inabilitada.

19 – DO OFERECIMENTO / INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS

19.1 – Definidos os aspectos pertinentes à proponentes que poderão oferecer ofertas / lances verbais, dar-se-á início ao oferecimento de lances verbais, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta ou lance de menor preço e ainda com redução mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais) sobre o valor médio apurado pela municipalidade.

19.2 – A pregoeira convidará individualmente as proponentes classificadas para oferecimento de lances verbais, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de menor preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



oferecer lance verbal. Havendo propostas escritas empatadas, a ordem sequencial de convocação para lances é a de credenciamento.

19.2.1 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

19.3 – Quando convocada pela pregoeira, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

19.4 – A etapa de oferecimento de lances verbais terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

19.5 – O encerramento da etapa de oferecimento de lances verbais ocorrerá quando todos os proponentes declinarem da correspondente formulação.

19.6 – Declarada encerrada a etapa de oferecimento de lances e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço / lance apresentado, a pregoeira examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Quando convocado pela pregoeira, na própria sessão pública, o licitante deverá comprovar as condições de exequibilidade financeira de sua proposta/lance.

19.7 – A pregoeira decidirá motivadamente pela negociação com a proposta de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

19.8 – Na hipótese de não realização de lances verbais, a pregoeira verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

19.9 – Ocorrendo a previsão delineada no subitem anterior, durante o exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado à pregoeira negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido o preço melhor.

19.10 – A pregoeira deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

19.11 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os Documentos de Habilitação da sua proponente, facultando-lhe o saneamento de falha(s) formal(is) relativa(s) à documentação na própria sessão.

19.12 – Para efeito do saneamento a que se refere o subitem 19.11, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documentos(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is). A pregoeira poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

19.13 – Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no edital, a proponente será declarada vencedora.



19.14 – Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

19.15 – Sendo a proposta aceitável, a pregoeira verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes e a preferência prevista neste edital.

20 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

20.1 – Por ocasião do final da sessão, após a declaração do vencedor pela pregoeira, a(s) proponentes(s) que participou(aram) do Pregão ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

20.2 – Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa / fase / procedimento do Pregão, a proponente interessada deverá motivar a respeito, procedendo-a, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

20.2.1 - A falta de manifestação do licitante da intenção de interpor recurso, no decorrer da sessão pública de realização do pregão, importará na decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

20.2.2 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

20.3 – As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente.

20.4 – Após a apresentação das contrarrazões ou do recurso do prazo estabelecido para tanto, a pregoeira examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

20.5 – Os autos do Pregão permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 9.1 deste edital.

20.6 – O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos autos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 - A decisão dos recursos será enviada por *fax e/ou e-mail* aos interessados.

20.8 - Todo e qualquer recurso deverá ser protocolado, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porangaba.

21 – DA ADJUDICAÇÃO

21.1 – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à pregoeira adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.



21.2 – Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e a após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve emitir o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

22 – DA HOMOLOGAÇÃO

22.1 – Compete ao Prefeito Municipal homologar o pregão.

22.2 – A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinatura do contrato.

23 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

23.1 – O resultado final do pregão será publicado no site oficial do município www.porangaba.sp.gov.br e nos meios de comunicação elencados no item 9.2 deste edital.

24 – DA CONTRATAÇÃO

24.1 – A contratação será feita através do Termo Contratual, conforme minuta constante no ANEXO VII.

24.2 – A recusa injustificada de assinar o contrato, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a às sanções previstas no item 28 e subitens.

24.3 – Fica facultada a Prefeitura Municipal de Porangaba, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

25 - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

25.1 - O objeto ora licitado deverá ser entregue e descarregado impreterivelmente até o dia 13/03/2020 por conta e risco da contratada. Esse prazo é improrrogável.

25.2 - A ordem de fornecimento será contada a partir da assinatura do termo contratual.

25.3 - A entrega do objeto deverá ser feita no Paço Municipal sito à Rua Professor Antônio Freire de Souza, 100, Centro, Porangaba-SP, no horário das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30, acompanhado da nota fiscal correspondente, em caso de pessoa jurídica.

25.4 - É facultado a Prefeitura Municipal de Porangaba, quando o convocado não receber, atestar seu recebimento ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

26 - DA ENTREGA

26.1 - Após a homologação do certame, será a vencedora notificada e convocada para assinar o termo contratual, conforme ANEXO VII, devendo promover a entrega do objeto conforme estabelecido no



item 25 do presente Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 28, deste Edital.

26.2 - O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção feita pela Comissão constituída para tal fim, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação da máquina, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus para o Município, sob pena de decair do direito à contratação.

27 – DO PAGAMENTO

27.1 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias a contar da entrega, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente atestadas pela autoridade competente, no caso do vendedor seja pessoa jurídica, e liquidação da despesa.

27.2 – O fornecedor deverá constar na nota fiscal a conta corrente, em nome do mesmo, para a efetivação da transferência bancária.

27.3 – O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para conta de titularidade da contratada.

28 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1 – Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Porangaba, pelos prazos abaixo previstos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição:

- a) Não assinar o termo contratual sem motivo justo e aceito ou deixar de manter a proposta ou lance no prazo de validade: Impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos;
- b) Deixar de entregar documento de habilitação exigido para o certame: impedimento de contratar com a Administração por 03 (três) anos;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame, fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: impedimento de contratar com a Administração por 05 (cinco) anos.

28.2 – A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, especialmente:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso na entrega do objeto licitado dentro do prazo estabelecido;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação caso a entrega do objeto licitado ocorra após 16/03/2020 até 31/03/2020;
- c) Anulação total do contrato e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação caso a entrega do objeto licitado não ocorra até 01/04/2020.

28.3 – Independente da aplicação da penalidade retro indicada, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da proponente classificada não aceitar a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.



28.4 – Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.5 – Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a prefeitura, ou de declaração de inidoneidade.

28.6 - As multas mencionadas nas alíneas anteriores serão descontadas do pagamento a que a contratada tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.

28.7 - Caso a contratada não possua crédito junto à Prefeitura Municipal de Porangaba, será regularmente intimada a efetuar o pagamento mediante Guia de Recolhimento.

28.8 - O não atendimento do subitem anterior implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa do Município.

28.9 – A Prefeitura poderá ainda, a qualquer tempo, advertir o fornecedor, sobre eventuais ocorrências que venham a prejudicar o bom andamento do negócio firmado inicialmente.

28.9.1 – A Prefeitura levará a conhecimento do fornecedor a advertência imposta por meio de correspondência, pessoalmente ou por e-mail.

28.10 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueadas vistas ao processo.

29 – DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 – As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidade entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato a ser firmado.

29.2 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste pregão, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.3 – Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste edital, desde que não haja comunicação da pregoeira em sentido contrário.

29.4 – A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento do proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do pregão.

29.6 – Antes de efetivar a contratação, o município consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

29.7 – A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do pregão.

29.8 – A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do pregão.

29.9 – O valor total estimado para este Pregão é de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais).

29.10 – Os casos omissos neste edital de pregão serão solucionados pela pregoeira, com base na legislação estadual e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

29.11 – Será competente o foro da Comarca de Porangaba-SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas deste pregão.

Porangaba, 07 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Vieira Sobrinho
Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

Item	Descrição	Valor estimado
01	01 (uma) escavadeira hidráulica usada, sobre esteiras, com as seguintes características mínimas: ano de fabricação/modelo entre 2011 a 2014; motorização: motor diesel, eletrônico, 4 cilindros em linha, 4 tempos, refrigerado à água, com injeção direta, turboalimentado, intercooler, potência bruta de 130 a 150HP; sistema hidráulico: bomba principal do tipo a pistão em eixos paralelos de vazão variável com vazão nominal de 2x150 litros por minuto, motores hidráulicos: pistões axiais de duas velocidades com válvula de freio e freio de estacionamento; sistema de tração: método de transmissão totalmente hidrostática, sistema redutor por engrenagens planetárias, freio de estacionamento por multidiscos úmidos; controle composto por dois joysticks com alavanca de segurança sendo um para oscilação e braço e outro para lança e caçamba, deslocamento e direção em duas alavancas com pedais, regulador de rotação do motor elétrico; capacidades: tanque de combustível: 270 litros, óleo do motor: 16 litros, sistema hidráulico: 240 litros, tanque hidráulico: 160 litros; chassi: estrutura central com pernas em X soldada integralmente com estrutura reforçada para as caixas das esteiras, chassi com roletes lubrificados, polias de tensão, ajustadores de esteira com molas de absorção e rodas dentadas e esteiras de corrente com sapatas de garras triplas; peso operacional: 17.000 kg; caçamba de 0,80m ³ ; comprimento da lança: 5100mm; horímetro marcando até 10.000 horas; cabine ROPS (ISSO 3449) FOPS (ISSO 10262).	R\$ 217.000,00



ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

1 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pela pregoeira ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

1.1 - Durante a sessão de abertura dos envelopes, tanto da habilitação quanto à proposta, não serão feitas autenticidades em documentos. A empresa que desejar autenticar documentos deverá comparecer pelo menos 30 (trinta) minutos antes da hora determinada para início dos trabalhos.

2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

4 - A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no subitem 2.1 e seguintes deste anexo.

5 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral, com validade, emitido pela Prefeitura Municipal de Porangaba substitui os documentos elencados neste item, desde que apresentadas, em separado, as certidões com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes, com exceção da qualificação técnica, obrigando ainda a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditiva à habilitação.

6 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos neste item.

7 - Caso o licitante entregar no credenciamento documento de habilitação jurídica devidamente autenticada, não haverá necessidade de o mesmo figurar no envelope 2 - Documentos de Habilitação.

- **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO DE PROPONENTES ENQUADRADOS COMO PESSOA JURÍDICA:**

1 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual – Constituição e última alteração quando houver;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, além do estatuto e alterações subsequentes, a licitante deverá apresentar a documentação relativa à eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

2 - DOCUMENTAÇÃO REREFERENTE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - c.2) Certidão de Regularidade em relação aos Tributos Estaduais, (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 do domicílio ou sede da licitante e
 - c.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (conforme Lei Federal nº 12440/2011, que veio dar nova redação aos artigos 27, inciso IV e 29, inciso V da Lei Federal nº 8666/93), que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeito de negativa.

2.1 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato; (LC nº 123, art. 42);

2.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição; (LC nº 123, art. 43, caput);

2.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da declaração de vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou



parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (LC nº 123, art. 43, § 1º, com nova redação pela LC 155/2016);

2.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, ou revogar a licitação (LC nº 123, art. 43, § 2º).

3 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a.1) As empresas que se encontrem em situação de **recuperação judicial** deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4 - DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- a) Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo do anexo III;
- b) Declaração de enquadramento – ME ou EPP, conforme modelo do anexo IV;
- c) Declaração de que não emprega menor, conforme modelo do Anexo V;
- d) Instrumento de Procuração no caso de a licitante ser representada por outro que não o proprietário ou um dos sócios.

• DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO DE PROPONENTES ENQUADRADOS COMO PESSOA FÍSICA:

1 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do RG e do CPF;
- b) Cópia do comprovante de residência;
- c) Cópia da Certidão de Casamento, se houver.

2 - DOCUMENTAÇÃO REREFERENTE À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de regularidade do CPF.

3 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4 - DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- a) Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo do anexo III;
- b) Instrumento de Procuração no caso de a licitante ser representada por outro que não o proprietário ou um dos sócios.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006 e 147/2014.

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO VI

AVISO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

PROCESSO Nº. 12/2020	
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.	
Empresa:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
CNPJ:	I.E.
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Pessoa responsável:	

ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o recebimento do edital junto à pregoeira. A não comunicação imediata do recebimento poderá prejudicar a empresa, que não será notificada sobre eventuais alterações ocorridas no decorrer da licitação. O recebimento deverá ser imediato junto à retirada do Edital e seus anexos.

Para: Secretaria Municipal de Administração. A/C Srtª Pregoeira
Fone/Fax: (15) 3257-5620 e-mail: licitacao2@porangaba.sp.gov.br

MENSAGEM

Comunico à Pregoeira, o recebimento do edital do Pregão Presencial nº. 04/2020.

.....
Assinatura do responsável



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA (SP)**, com sede à Rua Prof. Antônio Freire de Souza, nº 100, Centro, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob nº 46.634.580/0001-70, neste ato devidamente representada pelo Prefeito do Município Sr. **LUIZ CARLOS VIEIRA SOBRINHO**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 7.429.860-4 - SSP/SP e do CPF nº 771.679.888-04, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, com sede à, nº, Bairro, da cidade de estado de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Srº, portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, **OU** o Srº, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº residente e domiciliado doravante denominado à, nº, Bairro, da cidade de estado de, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 04/2020, que reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica usada sobre esteiras conforme edital e seus anexos, proposta comercial do adjudicatário e demais especificidades abaixo elencadas:

2 - DA LICITAÇÃO E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1 - Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº __/2020, o qual a Contratante e a Contratada encontram-se estritamente vinculadas ao seu edital e a proposta desta última.

3 - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$**
(.....).

3.2. - O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias** contados da data do atestado de entrega da máquina, emitido pela Secretaria solicitante e liberação da Nota Fiscal.

3.2.1 - Sendo o caso, a nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



3.4 - Sendo o caso, a nota fiscal deverá ser emitida em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país.

3.5 - O CNPJ/CPF da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - O contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, ou enquanto durar a garantia da máquina

4 - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

4.1 - Todas as cláusulas deste Contrato estão sujeitas a normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e demais legislações complementares, que servirão de base para a solução dos casos omissos a este instrumento e não resolvidos na esfera administrativa.

5 - DA FONTE DE RECURSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa decorrente deste Contrato consta do orçamento para o exercício de 2020, com a seguinte dotação orçamentária:

02.00.00 - Poder Executivo
02.11.00.00 – Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Serviços Gerais
02.11.01.00 – Departamento de Serviços Gerais
4.0.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente
4.4.90.52.48 – Veículos diversos
15.4510112.1040 – Aquisição de máquina escavadeira hidráulica sobre esteira usada (ficha 318)

6 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 - Do Município:

- 6.1.1 - Receber a máquina conforme especificado no Edital de Pregão Presencial nº ___/2020;
- 6.1.2 - Sendo o caso, atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 6.1.3 - Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- 6.1.4 - Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos de aplicação de sanções;
- 6.1.5 - Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 6.1.6 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 6.1.7 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;
- 6.1.8 - Informar a contratada, eventuais defeitos identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

6.2 - Da Contratada:



- 6.2.1 - Fornecer os objetos desta licitação nas especificações contidas neste Edital e Autorização de Fornecimento;
- 6.2.2 - Pelo não cumprimento deste item, o bem será tido como não entregue, aplicando-se as sanções adiante estipuladas para o caso de adimplemento;
- 6.2.3 - Substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis qualquer peça que apresente defeito por manuseio inadequado do transporte;
- 6.2.4 - Arcar com todos os custos de substituição ou reentrega nos casos em que o bem não atender as condições do Edital;
- 6.2.5 - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e, se for o caso, a substituição da máquina;
- 6.2.6 – Receber/Retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estipulado;
- 6.2.7 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre a máquina vendida;
- 6.2.8 - Comunicar a Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega da máquina objetivado na presente licitação;
- 6.2.9 - Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- 6.2.10 - Responder por danos materiais e físicos, causados por seus empregados, diretamente à Prefeitura Municipal de Porangaba ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 6.2.11 - Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas condições de habilitação.

7 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA MÁQUINA

7.1 - O prazo de entrega da máquina será impreterivelmente até o dia 13/03/2020, após recebimento da Autorização de Fornecimento, emitido pela Secretaria solicitante.

7.2 - O bem será recebido conforme a seguir:

a) provisoriamente: de posse da proposta respectiva, serão recebidos a máquina para vistoria, que consistirá em verificar a adequação do objeto com as especificações constantes no Edital de Licitação e Termo de Referência de especificações como: qualidade, prazos, preços, entre outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção, da vistoria será lavrado o Termo de Recebimento Provisório.

b) definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência da máquina e sendo aprovado, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura no documento fiscal.

7.3 - Caso a máquina seja considerada **INSATISFATÓRIA**, será lavrado **termo de recusa**, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a empresa Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Prefeitura, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.4 - O local para a entrega será informado na Autorização de Fornecimento.



7.5 - A entrega será nos termos do art. 73 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

8 - DA GARANTIA

8.1 - O prazo de garantia da máquina será aquela exigida no Código de Defesa do Consumidor.

9 - DAS SANÇÕES

9.1 - Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como, nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, do Edital de Licitação que originou esse instrumento, além das sanções abaixo elencadas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município, no prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

9.2 - O atraso injustificado na entrega da máquina, sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02, sujeitará a contratada a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido, na seguinte proporção:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso na entrega do objeto licitado dentro do prazo estabelecido;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação caso a entrega do objeto licitado ocorra após 16/03/2020 até 31/03/2020;
- c) Anulação total do contrato e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação caso a entrega do objeto licitado não ocorra até 01/04/2020.

9.3 - Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

9.4 - Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da Contratante em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, sendo que após essa data começarão a correr juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualizações monetárias, sendo regularmente intimada a efetuar o pagamento mediante Guia de Recolhimento.

9.5 - Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.



9.6 - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

9.7 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

9.8 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e pedidos de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - Constituem motivo para rescisão deste Contrato, todos aqueles elencados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, inerentes ao objeto deste Contrato, bem como, o descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

10.2 - A rescisão do contrato não impedirá a administração de aplicar as sanções previstas na Cláusula Oitava, conforme a situação, além de poder exigir as indenizações por prejuízos a que venha sofrer.

10.3 - A Contratada reconhece-se o direito da Contratante de usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93, no caso de rescisão administrativa.

11 - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porangaba, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e demais leis complementares que versem sobre o assunto.

12.2 - Vincula-se este contrato ao edital e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências.

12.3 - E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porangaba, ___ de _____ de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
LUIZ CARLOS VIEIRA SOBRINHO – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____ RG: _____
PELA CONTRATANTE

2) _____ RG: _____
PELA CONTRATADA



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03
(Papel timbrado da empresa).

(Nome da empresa), CNPJ nº, sediada
OU Nome da Pessoa Física, CPF nº, residente e domiciliado na
..... (endereço),, (Cidade/Estado), declara,
sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no
presente Edital, do Pregão Presencial nº ___/2020, ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

Local e Data.

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue **fora** dos envelopes no credenciamento.



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA SERVIDOR

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

A participante _____ razão social _____ declara sob as penas da lei que até a presente data não contem, em seu quadro estatutário, servidor público lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA, seja de provimento efetivo ou em exercício de cargo comissionado ou de função gratificada, ou que estejam em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos, estando ciente de que fica vedada a contratação de servidor que se enquadre em qualquer das hipóteses mencionadas na presente declaração, no decorrer do prazo de vigência do contrato a ser firmado, caso seja declarada vencedora no certame em questão.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____..

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ANEXO X

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº. 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA USADA.

Nome ou Razão Social do Proponente:	
CNPJ	
Endereço:	
Telefone:	

Item	Descrição	Valor total
01	01 (uma) escavadeira hidráulica usada, sobre esteiras, com as seguintes características mínimas: ano de fabricação/modelo entre 2011 a 2014; motorização: motor diesel, eletrônico, 4 cilindros em linha, 4 tempos, refrigerado à água, com injeção direta, turboalimentado, intercooler, potência bruta de 130 a 150HP; sistema hidráulico: bomba principal do tipo a pistão em eixos paralelos de vazão variável com vazão nominal de 2x150 litros por minuto, motores hidráulicos: pistões axiais de duas velocidades com válvula de freio e freio de estacionamento; sistema de tração: método de transmissão totalmente hidrostática, sistema redutor por engrenagens planetárias, freio de estacionamento por multidiscos úmidos; controle composto por dois joysticks com alavanca de segurança sendo um para oscilação e braço e outro para lança e caçamba, deslocamento e direção em duas alavancas com pedais, regulador de rotação do motor elétrico; capacidades: tanque de combustível: 270 litros, óleo do motor: 16 litros, sistema hidráulico: 240 litros, tanque hidráulico: 160 litros; chassi: estrutura central com pernas em X soldada integralmente com estrutura reforçada para as caixas das esteiras, chassi com roletes lubrificados, polias de tensão, ajustadores de esteira com molas de absorção e rodas dentadas e esteiras de corrente com sapatas de garras triplas; peso operacional: 17.000 kg; caçamba de 0,80m³; comprimento da lança: 5100mm; horímetro marcando até 10.000 horas; cabine ROPS (ISSO 3449) FOPS (ISSO 10262).	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO ANTONIO NOGUEIRA
Rua Prof. Antonio Freire de Souza, 100
CEP 18.260-000 – Porangaba/SP
Fone/Fax: (15) 3257-5620 – CNPJ: 46.634.580/0001-70



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dados do representante que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:

Nome:	
Identidade nº/ órgão expedidor:	
CPF nº	
e-mail pessoal	
e-mail institucional	

Local e Data:	
Assinatura do(s) representante(s) legal(is):	

(Carimbo do CNPJ)